

BALANÇO DE OPINIÕES BIBLIOGRÁFICAS SOBRE OS RESULTADOS DA PROGRESSÃO CONTINUADA

Aisi Anne F. SILVEIRA¹; Mércia Aparecida C. OLIVEIRA²; Sindynara FERREIRA³

RESUMO

O sistema de progressão continuada é um regime de organização da escola, proposto para o Ensino Fundamental na LDB que precisa ser melhor esclarecida para toda a população, principalmente pais, alunos e professores para se tornar uma medida não somente de combate à evasão e repetência escolar, mas de melhoria da qualidade de ensino. A proposta da progressão continuada é boa, mas foi imposta e devido a falta de condições e esclarecimentos tornou-se para os professores uma promoção automática dos alunos.

INTRODUÇÃO

A educação é uma variável primordial para a diminuição da desigualdade social. O alto retorno da educação e sua forma convexa são resultados dos movimentos de oferta e demanda por trabalho qualificado. Se todos os jovens tivessem acesso à escola com ensino de qualidade, poderiam disputar com igualdade, por uma vaga no mercado de trabalho.

O Brasil apresenta grande preocupação com a educação principalmente nos quesitos qualidade e eficácia. Assim medidas governamentais foram tomadas para reverter alguns problemas, dentre eles a progressão continuada.

Esta foi criada em 1996 formada por um conjunto de orientações incorporadas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9394/96, artigo 32, parágrafo segundo) e adotada no Ensino Fundamental pelas escolas da rede pública. Esta iniciativa propõe efetuar o trabalho escolar independente das notas.

Para esclarecimentos sobre esta progressão, Souza & Silva (1998, p.55) relataram que:

¹Aluna do curso de Psicopedagogia com Ênfase nos Problemas Pedagógicos. Universidade de Taubaté, Taubaté/SP, email: aisiferreira@hotmail.com;

²Docente da Universidade de Taubaté. Taubaté/SP

³Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/MG.

(...) é óbvio que isso se aplica às escolas que usam o sistema de promoção anual, por série, e que são a maioria do sistema educacional brasileiro. Por certo, a medida visa a diminuir a taxa de reprovação escolar no 1º grau. A medida pode ser eficaz se na avaliação continuada, a recuperação de estudos for bem aplicada, dando a criança um atendimento constante e personalizado, visando o seu sucesso na aprendizagem, o que, em suma, deve ser o objetivo maior da escola. Isso na prática não é tão simples, devido às precárias condições de funcionamento de grande parte das escolas brasileiras.

Pensando assim é imprescindível saber se a progressão continuada trouxe benefícios para a educação pública brasileira ou dificultou ainda mais o trabalho dos professores, tanto quanto, o envolvimento e interesse dos alunos com o processo ensino-aprendizagem.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho consistiu de uma revisão bibliográfica sobre o tema, por meio de buscas na literatura, englobando acervos bibliográficos e online, tomando-se o cuidado em acessar as principais entidades, órgãos e serviços que tratam do assunto em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, a preocupação com a reprovação escolar é um problema antigo e tem merecido a atenção dos educadores e órgãos relacionados à educação, que mediante estudos e implantação de novas propostas pedagógicas têm procurado verificar os fatores que interferem no sucesso do ensino.

A concepção de escola vem sofrendo algumas mudanças ao longo do tempo e atualmente ela enfrenta uma nova realidade, ela está inserida num contexto de maior violência social, onde os meios de comunicação são de fácil acesso e as informações são processadas e transmitidas na velocidade da luz. A população, mesmo as mais carentes, não é mais submissa e conhecem seus direitos e buscam a escola como meio de obtenção de sucesso. Assim medidas governamentais foram tomadas para reverter os problemas atribuídos ao sistema educacional, tais como a implantação de ciclos e a progressão continuada.

O regime de progressão continuada baseado na LDB - lei nº 9394/96, artigo 32 e parágrafo 2º, relatam que a avaliação do rendimento escolar do aluno deverá ser realizada periodicamente pelo professor, devendo o aluno concluir o Ensino

Fundamental, em no máximo, dez anos, podendo repetir o ano apenas no final de cada ciclo e por faltas, em qualquer série.

Para que a progressão continuada seja eficaz, no início do ano, o professor precisa levar em conta o que todos já aprenderam, necessita examinar melhor as avaliações que recebeu com as fichas de acompanhamento do aluno e deverá saber organizá-los em diferentes grupos, com a noção de que, alguns deverão ser mais estimulados e reforçados para conseguirem alcançar um desempenho médio. Isto obriga a todos os envolvidos (professores, diretores, coordenadores e outros) a organizarem com mais critérios o planejamento pedagógico e as aulas de recuperação paralela e contínua dos alunos com dificuldades de aprendizagem.

A avaliação mudou. A nota não é mais determinante para definir se o aluno aprendeu ou não. O professor deve levar em conta outros fatores como a participação em sala de aula e trabalhos que podem compensar uma nota baixa na prova, possibilitando que o aluno seja aprovado e avance no seu ritmo, valorizando o aprendizado. De acordo com Cortella (2000, p.112):

Errar é, sem dúvida decorrência da busca pelo óbvio, só quem não busca não erra. Nossa escola desqualifica o erro, atribuindo-lhe uma dimensão catastrófica, isso não significa que, ao invés, deva-se incentivá-lo, mas isso sim incorporá-lo como uma possibilidade de se chegar a novos conhecimentos. Ser inteligente não é não errar; é saber como aproveitar e lidar bem com os erros.

É necessário que a escola ofereça aos alunos e aos professores condições favoráveis de trabalho, caso contrário a progressão continuada não será válida. Para um trabalho efetivo Salles (2000, p. 148) reforçou que é preciso ordem, normas de conduta, organização, os quais não devem ser decorrentes de um mero autoritarismo ou de uma arbitrariedade docente, mas condições indispensáveis para conduzir a prática pedagógica.

Um dos problemas dessa nova maneira de avaliação escolar é o descompasso entre a proposta e a mentalidade predominante na rede pública onde os valores da escola são os mesmos desde a década de 50, além disso, não foram dados às escolas elementos para que esse novo método de avaliação continuada fosse implantado por completo, pois a lei previa acompanhamento psicológico e pedagógico às crianças que apresentassem dificuldades, elas passariam de ano, mas seus problemas seriam trabalhados, mas infelizmente o que ficou mesmo foi a

“aprovação automática”, como foi apelidada. Romanelli (1991, p. 179) destacou que *uma coisa, porém é certa: nenhuma lei é capaz, por si só, de operar transformações profundas, por mais avançada que seja, nem tampouco de retardar, também por si só, o ritmo do progresso de uma dada sociedade, por mais retrógrada que seja.*

É necessário que os governantes do nosso país tenham pulso firme e voltem seus olhares para a educação, pois com as medidas tomadas a partir de 1996, conseguiram colocar boa parte de nossas crianças na escola, diminuindo também a repetência e a evasão escolar, mas com um porém, muitos docentes relatam que o ensino se tornou vago, pois as crianças mesmo frequentando as aulas estão saindo das escolas analfabetas. É preciso melhorar as condições das escolas e os materiais didáticos, e que os educadores se preocupem com a criança e seu aprendizado, sem se preocupar em passar o conteúdo programado de qualquer jeito para que dê tempo de cumprir o planejado.

O desafio dos professores e das escolas é mudar a ênfase da avaliação: diminuir a preocupação com a medida (nota) e o julgamento dos alunos (aprovado/reprovado) e preocupar-se mais com o tipo de dificuldade que apresentam, assim como as melhores formas de possibilitar-lhes a aprendizagem e o prazer pelo conhecimento.

Para que o Ensino Fundamental das escolas das redes públicas brasileiras não se torne formadores de analfabetos é preciso que os professores absorvam melhor a lei 9394/96 sobre progressão continuada e conseqüentemente sobre a retirada das provas nas formas de avaliação para que encontrem meios de ajudar os alunos a buscar a construção do conhecimento, motivando-os e mostrando-os que o futuro é um vestibular, onde precisarão ser avaliados e dependerá do conhecimento assimilado à sua vaga e por fim ao sucesso. Este pensamento vai ao encontro de Cortella (2000, p. 125) onde relatou que *partir das preocupações dos alunos não é o mesmo que nelas permanecer indefinidamente; ademais, levar em conta é bem diverso de acatar possessivamente.*

A educação para o desenvolvimento, numa realidade complexa como é a brasileira, teoricamente não é um conceito fácil de construir, já que se trata de pensar a educação num contexto profundamente marcado por desníveis sociais.

A construção do saber de uma cultura própria da escola, não se faz de maneira isolada, pois os pensamentos e os modos de agir estão diretamente

relacionados com a sociedade e mantém constante relação com os movimentos sociais que estão influenciados pelo desenvolvimento do processo histórico.

Com a implantação da progressão continuada, pretendia-se uma melhoria na educação, pois visava à recuperação dos problemas de aprendizagem durante o ano letivo, acabando com a repetência e diminuindo a evasão escolar, pois seria implantado no ensino um processo de recuperação paralela, onde todas as dificuldades de aprendizagem seriam sanadas, mas as condições oferecidas pelas escolas da rede pública, tanto no que se refere à estrutura quanto à formação e preparo do corpo docente e demais profissionais, parece insuficiente para por em prática a lei com sucesso.

A progressão continuada foi imposta de maneira automática, em nenhum momento foi levada em consideração a experiência educacional do professor. Um maior investimento na educação, a valorização do seu profissional e a discussão dos problemas com quem os mesmos convivem diariamente traria resultados positivos.

CONCLUSÕES

Muitos profissionais da área de educação ainda se vêem sob pressão política e social o que dificulta a realização de seu trabalho. As condições de trabalho não são as desejáveis e muitos obstáculos surgem durante o ano letivo.

A progressão continuada existe, já foi implantada e o que devemos fazer é absorver tudo de bom que ela possui. Quanto às falhas devemos corrigi-las na medida do possível, dentro e fora das salas de aula, com as crianças.

Não devemos nos esquecer que a escola é um campo privilegiado que se trata de obra mais fundamental numa sociedade dos nossos dias: a educação das crianças, dever este que se estende aos outros níveis de escolaridade. E é pensando nisso que devemos desenvolver nosso trabalho, ultrapassando todas as dificuldades que encontramos no caminho. Pois nada é mais valioso que o sorriso inocente de uma criança ao descobrir que aprendeu a ler e que agora sozinha, consegue entender os livros e anúncios, decifrar bilhetes e recados, sonhos e realidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORTELLA, M. S. **A escola e o conhecimento fundamentos epistemológicos e políticos**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez – Instituto Paulo Freire, 2000. p. 112 e 125.

BRASIL. Lei nº 9394/96. Diretrizes e bases da educação nacional. Promulgada em 20/12/1996. Editora do Brasil, p. 4.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil**. 14ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 179.

SALLES, L M. F; LEITE, C. D; LOUVEIRA, M. B. (orgs). **Educação, Psicologia e Contemporaneidade: novas formas de olhar para escola**. Taubaté, SP: Cabral Universitária, 2000, p. 131-154.

SOUZA, P. N. P. & SILVA, E. B. **Como entender e aplicar a nova LDB: lei nº 9394/96**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.